



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO - SINDSEMP/MA.

Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, no auditório da sede do SINDSEMP/MA, na Rua dos Abacateiros, nº 19, Jardim São Francisco, São Luís, Estado do Maranhão, o Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão - SINDSEMP/MA - reuniu-se em Assembleia Geral Extraordinária, para tratar da seguinte pauta: 1. Informes das ações judiciais: 1.1. Ação dos 21,7%; 1.2. Ação dos 6,1%; 1.3. Funben; 1.4. IR e Fepa sobre férias; 1.5 – Serviço eleitoral; 2. Ponto eletrônico (4 batimentos); 3. Isonomia de licença para acompanhamento de pessoa da família (irmãos); 4. Reposição inflacionária; 5. Auxílio-alimentação (ratificação da consulta); 6. Participação na comissão de negociação com a PGJ; 7. Possibilidade de aquisição de terreno; 8. Informes da atuação nacional: PLP 257, PEC 241 e CNMP; 8.1. FÓRUMMP; 8.2. Ansemp (possíveis ações); 8.3. Fenamp (mobilizações e convênios); 9. Regulamentação das atividades dos executores; 10. Outros, tudo em conformidade com o Edital publicado no Jornal “O Debate do Maranhão”, edição do dia 19 de outubro de 2016. Nos termos determinados pelo Estatuto, Vânia Márcia de Sousa Leal Nunes, Presidente, deu início aos trabalhos às 14h00min, conferindo a lista de presença, em primeira chamada, onde constatou não haver a maioria absoluta dos sindicalizados. Após meia hora, procedeu a nova verificação de presenças, onde constavam quarenta e cinco assinaturas, obtendo-se o quórum para instalação da Assembleia. Sequencialmente, após problema técnico na rede elétrica do local, que impossibilitou a continuação dos trabalhos no referido auditório, e com a concordância de todos presentes a assembleia foi transferida para o Salão Orquídea do Skina Hotel, na Avenida Mal. Castelo Branco, nº 512 - São Francisco, São Luís, Estado do Maranhão, a 500m da sede do Sindicato, ficando a funcionária Aline Maria Santos no local para orientar os sindicalizados quanto a mudança, tendo os trabalhos sido reiniciados às 14:45h. Sequencialmente, a Presidente solicitou a todos os membros da diretoria que compusessem a mesa coordenadora dos trabalhos e ao secretário-geral, Marcus Periks, para secretariar a reunião. Em seguida, passou-se à discussão dos pontos de pauta, iniciando-se pelos informes das ações judiciais. Para esse desiderato foi chamado o advogado representante do Escritório



MNZ, o qual agradeceu e parabenizou o Sindsemp/MA pelos seus dez anos de fundação. Sobre as ações ajuizadas informou que a forma de acompanhamento das execuções individuais da URV (11,98%) foi alterada de demanda dos sindicalizados para o acompanhamento por vara, o que melhorou o andamento dos processos e lembrou que a ação teve ágil tramitação (01 ano). A presidente cobrou ainda o relatório do andamento de todos os processos e dos que já foram pagos, o qual o advogado ficou de entregar. Sobre o processo relativo aos 21,7% o advogado informou novamente sobre o êxito em última instância, com trânsito em julgado ocorrido em fevereiro de 2016, e sobre a necessidade de deliberação para a execução, e, posto em votação, por unanimidade foi decidido pela espera do momento adequado para a execução. Informou ainda sobre o incidente de resolução de demanda repetitiva e esclareceu do que se tratava, bem como o andamento deste e informou que o escritório já está habilitado para atuar no processo, já tendo inclusive se manifestado na audiência que decidiu pela aceitação do incidente. Sobre a demanda conhecida como 12%, o advogado informou novamente que o TJMA entendeu que a categoria já havia sido contemplada com um reajuste de 5,9%, de modo que restou pacificada a tese dos 6,1%, estando em fase de recurso extraordinário por parte do Estado no STF e recurso adesivo pelo SINDSEMP-MA, além de ser impactado pelo mesmo incidente de resolução de demanda repetitiva citado anteriormente. Quanto ao FUNBEN, informou que todos os cálculos já foram feitos, que a mudança para o PJE - Processo Judicial Eletrônico atrasou um pouco a execução dos processos e que todos os documentos estão tendo que ser digitalizados para que as ações possam ser ajuizadas, e deu o prazo de até dezembro próximo para que todas as ações sejam ajuizadas. Sobre a demanda do IR e Fepa sobre férias, informou que a liminar deferida em favor dos sindicalizados foi agravada por parte do Estado e que está sendo buscado pelo escritório tanto a procedência da ação quanto da liminar. Sobre o serviço eleitoral, foi esclarecido que a ação já foi ajuizada e que o pedido, para não esbarrar na justificativa de ausência de lei federal para a contraprestação, se restringiu ao de não fazer, ou seja, que o Estado não exija dos servidores a execução dessas atividades que, para o escritório, é de responsabilidade do promotor eleitoral, informou também que o pedido de liminar foi negado e que agora aguarda-se o andamento normal do processo. Dando continuidade à pauta, a presidente passou para o ponto dois e esclareceu sobre o fato que gerou o novo ato regulamentar do ponto eletrônico e a questão dos 4 batimentos na



Promotoria de João Lisboa, bem como tudo o que já tinha sido feito, os indeferimentos e como está a situação atualmente, pontuou que é inadmissível um servidor trabalhar 6 horas com 2h de intervalo de almoço, além de ser totalmente contraproducente, assim pediu que a assessoria jurídica e a assembleia se manifestasse. O advogado esclareceu que a situação é complicada pois a lei do servidor do Estado do Maranhão prevê apenas 30 horas semanais, mas não prevê como devem ser divididas essas horas, mesmo assim, que pode-se entrar com uma ação judicial alegando os princípios constitucionais que embasaram a CLT: eficiência, higidez, etc. O sindicalizado Valdeny Barros se posicionou contra a ação pois acredita que isso pode chamar a atenção de outras categorias e que isso possa acarretar o aumento da carga horária do MPMA, assim propôs “não entrar na justiça, mas sim tentar regulamentar a questão administrativamente com a anuência da PGJ, dos servidores e do sindicato”. O sindicalizado Paulo Arrais sugeriu “continuar tentando administrativamente derrubar o ato”. A diretora Lucélia propôs “continuar tentando administrativamente, mas que caso seja indeferido novamente, que se entre na justiça”. O sindicalizado Gabriel Leite propôs “uma ação enérgica de desobediência civil e uma ação judicial” além de propor uma terapia de grupo entre servidores e membros com garantia de não ser judicializado nada discutido nessa terapia. O sindicalizado Jonas Fernandes propôs “solicitar a administração superior que reveja a questão de João Lisboa”. Colocado em votação, a proposta vencedora por maioria de voto foi a do sindicalizado Valdeny Barros. O sindicalizado Robert Nascimento questionou sobre a questão dos plantões, de como estava a questão, ao que a presidente informou que isto já havia sido discutido anteriormente pela antiga gestão do sindicato juntamente com a antiga gestão da PGJ e que na reunião que havia sido discutida a questão tinha sido definida que apenas assessores fariam plantão e a PGJ informaria a todos os promotores desta decisão, e que a atual gestão do sindicato já solicitou em reunião com a atual gestão da PGJ que esta cumpra com o acordado, o que não vem ocorrendo. A sindicalizada Fernanda Araújo, que é assessora, questionou essa decisão de apenas assessores realizarem os plantões, ao passo que a presidente informou que, na verdade, os plantões são de responsabilidade dos membros e que os assessores entram pela atividade inerente ao cargo. A sindicalizada ainda questionou o fato de não haver uma pauta específica para assessores, ao passo que o sindicalizado Valdeny Barros informou que a maioria dos assessores não é sindicalizado e os que são nunca terem se feito presentes nas assembleias e sugeriu que o



sindicato marcasse uma reunião exclusiva com os assessores para tentar montar uma pauta específica, o que foi aceito pela categoria. Entrando no ponto de pauta três, a presidente informou do pedido feito pelo sindicato, para que fossem incluídos os irmãos dos servidores no rol de pessoas da família para acompanhamento em caso de doença, assim como ocorre com os membros, e da resposta da Procuradoria, e pediu um parecer da assessoria jurídica, a qual se manifestou dizendo que não há como solicitar via judicial, pois de fato não há lei que ampare a questão. Sobre o ponto quatro, a presidente pediu que a assessoria jurídica se posicionasse sobre a possibilidade ou não de se entrar com uma ação judicial pedindo a reposição inflacionária, e o advogado assim o fez, além de falar sobre a existência no STF de um processo que pretende definir a RGA - Revisão Geral Anual como lei de aplicação imediata e sobre a possibilidade de nos habilitarmos no mesmo. Então, a presidente informou ao advogado já ter feito esta solicitação ao escritório, e este ficou de verificar e informar se já foi feito. Passando para o ponto de pauta cinco, a presidente informou como se deu a negociação da questão do auxílio-alimentação e colocou que era preciso duas coisas: ratificar a consulta e decidir sobre os rumos a seguir, dado que a consulta tinha decidido contrariamente à assembleia anterior da categoria. Colocada em votação a ratificação da consulta, a mesma foi ratificada com apenas três votos contra: Gabriel Leite, Gilson Santos e Lídio Miranda. Quanto aos rumos a seguir, a presidente pediu que o advogado se posicionasse quanto ao ajuizamento de uma possível ação, então o advogado esclareceu que cabe, mas que a chance de perder é muito grande. Questionado pelo sindicalizado Gabriel sobre a possibilidade de se usar a justiça do trabalho, o advogado se posicionou por não fazê-lo. Passada a palavra para a assembleia: o sindicalizado Valdeny Barros propôs entrar com uma ação judicial após a implantação da proposta mais uma campanha contra os atuais valores dos membros; o sindicalizado Paulo Arrais propôs que não se entrasse com ação judicial agora e que fosse deixado para decidir no segundo semestre; e o sindicalizado Moraes Filho propôs que a questão fosse encampada pela Fenamp em nível nacional. Posto em votação, foi decidido pela proposta do sindicalizado Moraes Filho. Passando para ponto de pauta seis, a presidente informou da portaria de composição da comissão de negociação com a PGJ, disse que gostaria de ter representantes da base nessa comissão e pediu que outras pessoas se indicassem, então, se indicaram os sindicalizados Tâmara Assunção e Marcelo Gomes, para os quais não houve manifestações contrárias e foi esclarecido que o



financiamento da participação dos referidos servidores correrá por conta do sindicato. Sobre o ponto de pauta sete, a presidente informou os motivos pelos quais seria interessante adquirir um terreno para uma possível sede social, sobre um terreno específico e sobre a situação deste e da necessidade de repassar a questão para os advogados, assim pediu autorização da assembleia, a qual concordou, tendo apenas o sindicalizado Gabriel Leite se manifestado contra, defendendo que os recursos financeiros fossem contingenciados para eventuais cortes de pontos em razão de greve. Passando para o ponto de pauta oito, a presidente pediu que o sindicalizado Valdeny Barros, que é o representante do Maranhão tanto na Ansemp quanto na Fenamp, fizesse um resumo sobre a atuação nacional dessas instituições, o qual o fez e relembrou a atuação do sindicato tanto na votação do PLP 257 na Câmara quanto no encontro do FórumMP, além das mobilizações no cenário nacional quanto à PEC 241. Em conjunto com a presidente, falou sobre o contrato da Fenamp com a Dynamus para a oferta aos sindicalizados do Clube de Benefícios e o quanto isso custaria ao sindicato: R\$0,20 (vinte centavos) por sindicalizado; assim foi colocada em votação a adesão ou não ao Clube, a qual foi aprovada por maioria de votos, tendo somente o sindicalizado Gabriel Leite manifestado sua abstenção. Sobre o ponto de pauta nove (Regulamentação das atividades dos executores), a presidente informou que era necessário decidir sobre os rumos dessa negociação visto que já tinha um pedido antigo em andamento. O sindicalizado Gabriel Leite propôs a atualização da minuta já existente e solicitação de audiência com o PGJ a fim de ouvir da administração superior respostas fundamentadas, documentadas e ilustradas com gráficos e planilhas. O sindicalizado Jonas Fernandes propôs protocolar novamente a minuta que poderia ser atualizada até o dia 14 de novembro e ficaria responsável por essa atualização. Posta em votação, a proposta do sindicalizado Jonas venceu por maioria de votos. Prosseguindo-se, o último ponto de pauta, outros assuntos, a presidente informou sobre alguns questionamentos sobre as viagens para a participação do sindicato nos eventos nacionais e a forma de ressarcimento destas e pediu que fosse votado novamente sobre a participação ou não do sindicato nos eventos nacionais, bem como a forma de ressarcimento, ao que a sindicalizada Fernanda Araújo se manifestou no sentido de que esses questionamentos são pontuais e que não devem ser levados em consideração, já o sindicalizado Valdeny Barros se manifestou pela desnecessidade do questionamento já que toda essa situação já foi debatida inúmeras vezes pela categoria e o sindicalizado Francisco



Andrade se manifestou ainda no sentido de que a forma como é atualmente ainda é pouco e que os diretores deveriam ganhar uma gratificação para realizar as tarefas, por fim foi proposto que tudo ficasse como está, o que foi aprovado por unanimidade. Por fim, foi franqueada a palavra para os presentes e não havendo inscrições restou concluída a ordem do dia, e a coordenadora dos trabalhos deu por encerrada a Assembleia e nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ATA, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim,

Marcus Periks Barbosa Krause: que a redigi, e Vânia Márcia de Sousa Leal Nunes que presidiu os trabalhos.

São Luis, 28 de outubro de 2016.

Vânia Márcia de Sousa Leal Nunes